POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS(AS) PROFESSORES(AS) NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL: AVANÇOS NA DESCONTINUIDADE?

Elena Maria Billig Mello – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), profelena@gmail.com e elenamello@unipampa.edu.br
Maria Beatriz Luce – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lucemb@ufrgs.br

Resumo

Artigo reflexivo-analítico sobre a política de valorização dos(as) docentes da Educação Básica na rede estadual do Rio Grande do Sul (RS), a partir de 1995, em uma perspectiva qualitativa. A análise é apresentada em três momentos inter-relacionados: iniciamos com percepções de política pública e valorização dos(as) professores(as); em seguida, retrospectiva histórica da gestão das políticas públicas de valorização dos professores da rede estadual no RS e, por fim, as reflexões finais enfocam a necessária consolidação da proposta de valorização docente, abarcada pelos gestores dos poderes públicos, como política de Estado, em uma perspectiva da gestão democrática. O traço marcante desta política intergovernamental é a descontinuidade; logo, a questão reflexiva: avanços na descontinuidade?

Palavras-chave: política educacional; profissão docente; valorização do magistério.

Reflexões iniciais

Em diversos estudos[1] e debates sobre a política educacional tem sido tematizada a sua descontinuidade, associada à alternância dos partidos políticos que estiveram no poder, com evidências de que os dirigentes de cada período buscaram produzir notórias inflexões em muitas políticas públicas (algumas recém-ensaiadas), valendo-se de novos projetos e até de mudanças na legislação com os quais pudessem ser fortemente

[1] Destacamos alguns estudos produzidos pelas autoras e dos quais o presente artigo também resulta, como: tese de doutorado (MELLO, 2010); artigos (MELLO e LUCE, 2011) e o projeto de pesquisa, sob a coordenação de Mello (UNIPAMPA, 2011), sob a temática "A gestão do magistério no Rio Grande do Sul (2007-2014): análise da política de valorização na rede estadual".

identificados. As razões manifestas para tal seriam de ordem ideológica ou apenas tática? Seriam as mudanças ou novas políticas embasadas em estudos e experiências avaliadas? Ou propostas de antes formuladas que se propiciaram pela situação das relações de poder?

Essas, dentre outras, são questões para os(as) pesquisadores(as) no campo da política educacional como para os(as) profissionais da educação, ou mesmo para a opinião pública. No entanto, não é fácil obter transparência e bom entendimento sobre o quê, como e porquê de muitas posições e ações dos governos ou de seus opositores, dos(as) professores(as) ou dos demais atores destes movimentos. Todavia, o sucesso de políticas educacionais é algo que interessa à Nação e a descontinuidade tem sido apontada como um problema, de longa data. Como exemplo que ainda serve para a atual política, servimo-nos do registro de Any Dutra (1993) ao estudar a política da alfabetização no Rio de Janeiro de 1983 a 1987: o "quadro de instabilidade decisória é nítido. Não há tempo de conseguir adesão, de fazer compreender idéias, objetivos, metas, em apenas o período de quatro anos de um governo".

Com esse prenúncio, queremos ilustrar a necessidade de compreender melhor a expressão política como um processo com caráter polissêmico e de empreendermos muito mais esforço de pesquisa empírica e de teorização sobre os problemas da educação e as medidas que estão sendo tomadas para atendê-los.

Alguns fundamentos e o contexto de análise

Neste artigo, valemo-nos de três conceitos pertinentes à expressão "política" (única em português e espanhol) que, conforme sistematização de Deubel (2002), Frey (2000), Muller e Surel (2002) merecem ser distinguidos: *polity* representa a esfera institucional da política, ou seja, refere-se à estrutura estável da ação pública, à ordem do sistema político delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo, sendo que a política, neste sentido, trata da organização do governo das sociedades humanas; enquanto que *politics* se refere à esfera processual da atividade política, envolve a atividade de organização e luta pelo controle do poder, vincula-se às dinâmicas e aos atores que caracterizam o jogo político, geralmente de caráter conflituoso no que se refere à imposição de objetivos, aos conteúdos e às

decisões políticas; e *policy* relaciona-se à esfera material da ação política, designando os propósitos e programas das autoridades políticas, os conteúdos concretos, isto é, refere-se ao planejamento e à implementação de medidas, práticas e estratégias, de forma mais específica ou restrita. Neste sentido, diz respeito aos processos e às interações que concorrem para a formação e a evolução da *polity*.

Aprofundando um pouco mais, Muller e Surel (2002, p. 11) expressam que *polity* "faz a distinção ente o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entre os dois, sempre fluida, variar segundo os lugares e as épocas"; enquanto que *politics* "designa a atividade política em geral (a competição pela obtenção dos cargos políticos, o debate partidário, as diversas formas de mobilização...)"; e a acepção *policy* "designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos".

De posse do entendimento de Luce e Farenzena (2006) de que a política pública é um conjunto de ações de governo que produzem efeitos sobre determinado grupo social, seus direitos ou interesses, influenciando a vida dos(as) cidadãos(ãs), concebemos que uma política pública de valorização de professores(as), envolve vários aspectos, como: formação inicial e continuada, plano de carreira, condições de trabalho, remuneração. Aqui optamos pelo termo formação acadêmico-profissional (MELLO, 2010 e DINIZ-PEREIRA, 2008), em que a formação de professores(as) deve ser concebida como uma formação acadêmico-profissional, de professores(as) experientes e iniciantes, bem como de licenciandos(as), pois os mesmos participam de processos de formação ao longo de sua escolarização, (re)construindo saberes sobre a profissão docente nas diversas instâncias e com os sujeitos envolvidos.

Mello (2010) complementa a ideia ao colocar que ao repensar a formação docente significa pensá-la como um *continuum* da formação acadêmico-profissional, que vai se construindo constantemente nos momentos de reflexão na e sobre a prática profissional. O(A) professor(a), dialeticamente, reflete sobre o que faz, como faz, por que e para quem faz, interagindo com seus pares.

No Brasil, vários são os condicionantes historicamente indicados para a frágil valorização da profissão docente: as precárias condições de trabalho, a irrisória remuneração e, muitas vezes, a pauperização das relações entre vida e trabalho, no que

tange ao acesso aos bens culturais, imprescindíveis para a sua atualização e para o planejamento das suas atividades pedagógicas e a construção de saberes; além das questões relacionadas à formação acadêmico-profissional do(a) professor(a). Gatti e Barreto (2009) retratam a vida dos(as) docentes, salientando que, em termos salariais, a profissão docente está entre as menos valorizadas, o que também traz consequência para o esvaziamento dos cursos de formação docente. A profissão não é atrativa, não dá oportunidades de ascensão social e cultural aos(às) professores(as).

A rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul, conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica 2011 (MEC/INEP)[2], possui 2.572 estabelecimentos de ensino; 50.253 professores(as) em exercício em sala de aula e foram realizadas 1.118.319 matrículas. Para melhor compreender o cenário atual da política educacional do Estado do Rio Grande do Sul, temos ciência da importância de estudar sobre uma das peças-chave para a revitalização da qualidade educacional, que são os(as) professores(as).

Assim justificamos nosso propósito de mapear a gestão da política de valorização dos(as) professores estaduais(as) do RS, a partir do ano de 1995, no Estado do RS, constituindo uma linha de pesquisa percuciente. Neste artigo, oferecemos um fragmento do trabalho realizado, destacando uma perspectiva qualitativa.

Gestão da política de valorização dos(as) professores(as) estaduais no Rio Grande do Sul a partir do ano de 1995

Preliminarmente, há que considerar a estrutura federativa do Brasil que comporta sistemas de ensino municipais e estaduais, além do federal, cada qual com relativa autonomia para a gestão de suas escolas próprias e, consequentemente, política de valorização dos seus próprios profissionais da educação. Assim sendo, há também capacidade de ordenamento legal e normativo, como de financiamento próprios de cada ente federativo, guardados os dispositivos da Constituição Federal e da legislação que tem incidência nacional.

Um dos princípios constitucionais da Constituição Federal de 1988, artigo 206, refere-se à valorização dos(as) profissionais da educação pública, incluindo garantia de

[2] Dados retirados do site http://www.educacao.rs.gov.br

planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, e do piso salarial nacional profissional. Considerando-se a complexificação das escolas, requerendo quadro de pessoal mais diversificado e multiprofissional, a Emenda Constitucional n° 53/2006 ampliou a valorização peculiar dos(as) professores(as) a todos os profissionais que atuam nas instituições de ensino. Cumpre, então, comentar que esta medida teve sentido inclusivo de trabalhadores(as) antes menos valorizados(as), mas tem também, logicamente, efeitos contraditórios.

Além dos dispositivos da Constituição Federal, a política de valorização dos(as) profissionais da educação é definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, que assegura estatutos e planos de carreira do magistério público, como obrigatórios em todos os sistemas estaduais e municipais de ensino. Também a Emenda Constitucional nº 53/2006 reforçou a importância do piso salarial profissional nacional para os(as) profissionais da educação escolar pública, regulamentado pela Lei nº 11.738/2008.

Examinando o caso do Estado do Rio Grande do Sul, percebemos que a Constituição Estadual de 1989, no artigo 197, reitera o princípio da valorização dos(as) profissionais do ensino; e, no artigo 210, estabelece que o plano de carreira do magistério público estadual deve ser assegurado, garantindo a valorização da qualidade e da titulação do(a) profissional do magistério, independentemente do nível escolar em que atue, inclusive mediante fixação de piso salarial. Esses dois artigos são complementados pelo artigo 211, que determina a promoção de políticas com vista à formação profissional de professores(as).

Embora com caráter complementar ao ordenamento constitucional, a Lei Estadual nº 6.672/74 mantém o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul, que disciplina o regime jurídico do pessoal do Magistério Público Estadual da Educação Básica, regula o provimento e vacância dos seus cargos, estabelece seus direitos e vantagens, define os respectivos deveres e responsabilidades e cria e estrutura a respectiva carreira. Evidentemente, esta Lei ainda deriva da antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº 5.692/1971, dispositivos obsoletos e ausentes aspectos que hoje mereceriam valorização.

Com efeito, é bastante sabido que o RS é precursor no reconhecimento e implementação de uma política pública de valorização e profissionalização do

magistério, mas também que o jogo político, até o momento, não permitiu a atualização deste que poderia ser um importante mecanismo de atração, desenvolvimento e retenção de professores(as) comprometidos(as). Contudo, algumas atualizações e modificações da política de carreira têm ocorrido por meio de legislação e normas institucionais, limitadas, porém, a aspectos específicos da carreira do magistério estadual. A carreira do magistério público estadual do RS estabelece princípios básicos comuns, que podem ser considerados como diretrizes da política de valorização dos(as) profissionais da educação: profissionalização, paridade de remuneração, progressão na carreira, valorização da qualificação.

Com o propósito de verificar o fenômeno de constituição da política de valorização dos(as) professores(as) no RS, organizamos uma sistematização por períodos de governo e nestes localizamos as principais políticas propostas e/ou implementadas.

No período de 1995-1998, houve a promulgação da Lei da Gestão Democrática nº 10.576/95, que veio a atender demandas do novo ordenamento constitucional federal e outros assuntos da agenda política e administrativa, como o regime de colaboração, além da pauta mais progressista dos movimentos sociais pela democratização da educação, como anuncia seu título. Dominou a gestão deste tempo da perspectiva usualmente identificada como tecnocrata, nos princípios da qualidade total e sob a influência da agenda neoliberal internacional e do governo federal de então. Há evidências de preocupação com a performatividade do professor, com orientação a competências técnicas, sem efetivar uma política de valorização do(a) professor(a) estadual. O exemplo mais expressivo deste governo foi a proposição de um novo plano de carreira para o magistério estadual, por meio da Lei nº 11.125/98, em substituição da Lei nº 6.672/74. Porém, na prática, este não foi implantado, porque nenhum(a) professor(a) chegou a ser nomeado(a) na sua vigência.

O governo de 1999 a 2002 cumpriu promessa de campanha e revogou o novo Plano de Carreira do magistério estadual, retomando a lei de 1974. A maioria das iniciativas do governo anterior foi desconsiderada, mediante justificativas de divergência político-ideológica do governo anterior e do governo federal. Entretanto, tendo como estratégia principal a política da Constituinte Escolar, decorrem a proposição da (re)formulação dos projetos políticos-pedagógicos das escolas e a

retomada da Lei da Gestão Democrática da Educação. Outra política educacional importante foi a criação da universidade estadual (UERGS), em atendimento às mobilizações da sociedade, por meio da Lei Estadual nº 11.646/2001. Como uma *multicampi*, mantida pelo Estado do RS, a UERGS seria fortemente dedicada à formação inicial e continuada de professores(as) da Educação Básica e de profissionais de outras áreas, consoante as necessidades das regiões em que foram estabelecidas as diversas unidades. Nesta gestão do sistema estadual de ensino, houve franca ruptura da lógica do governo anterior, sendo estabelecido um processo de descentralização e participação no planejamento e incentivos à formação acadêmico-profissional dos(as) professores(as), fundamentada em uma perspectiva político-pedagógica freireana e crítica. Concebida como um processo instituinte, a gestão democrática criou e ampliou espaços de participação a todos(as) os(as) profissionais da educação, como aos(às) estudantes e suas famílias, que deliberaram sobre quase tudo que lhes importasse. Entretanto, ficou velada a proposta objetiva de política de valorização do(a) professor(a) estadual assumida pelo governo, sem significativos avanços de remuneração e maior atratividade à carreira.

No período de 2003-2006, observamos que o grave quadro socioeconômico do Estado do RS, com séria crise fiscal e endividamento, foi colocado como entrave para a realização de efetivas melhorias na área educacional, inclusive as relacionadas à formação de professores(as) e à sua valorização salarial e profissional. Os quadros da educação também foram incluídos no Programa de Incentivo à Qualidade e Produtividade do Serviço Público, baseado em contratos de gestão. Esse tipo de contrato de gestão previa a avaliação de produtividade das Coordenadorias Regionais de Educação e de escolas selecionadas, induzindo à competitividade escolas e professores(as). Apesar de apenas duas coordenadorias terem assinado subcontratos de gestão para cumprimento das metas estabelecidas, o processo de gerencialismo e performatividade foi evidente. Marcado por inexpressividade política, esta gestão da Secretaria de Estado da Educação foi permeável ao estabelecimento de um "quase-mercado" (BARROSO, 2005); no vazio de propostas e de ações, multiplicaram-se projetos de livre iniciativa e de natureza e qualidade desiguais; o público passou a ser visto como cliente. Outra evidência neste sentido é que este governo não percebeu a importância do Plano Estadual de Educação (PEE), a viger por uma década, articulando

o conjunto das políticas públicas do setor com o desenvolvimento do Estado e do País, que lhe competia liderar. Restou "engavetado" na Assembleia Legislativa, por motivos de resistência ideológica e de política partidária, bem como pelas lacunas e inconsistências do próprio texto e hoje se encontra totalmente desatualizado.

Na gestão de 2007-2010, cujo estudo é projeto ainda em desenvolvimento, destacou-se o Programa Estruturante Boa Escola para Todos, que trazia como uma das principais medidas a criação de um novo plano de carreira para os(as) professores(as) estaduais. Com efeito, de pronto, em 2007, foi iniciada a formulação de uma proposta. Dentre as mudanças indicadas salientavam-se: 1) concursos públicos com provas específicas por componentes curriculares e sobre a Proposta de Referencial Curricular estabelecida pelo programa Lições do Rio Grande; inscrições e nomeação por área geográfica de abrangência do concurso; 2) avaliação de desempenho do(a) docente no período de estágio probatório realizada por instituição externa; 3) organização da carreira do magistério estadual com o cargo único de professor(a), ou seja, excluindo o cargo de especialista em educação, no sentido de que todos que ingressam na carreira são docentes e, conforme sua formação, poderão exercer, concomitante ou em alternância com a docência, as funções de apoio pedagógico, como na coordenação pedagógica ou na gestão administrativa; 4) realização de exame de certificação pela Secretaria de Educação a candidatos às funções de direção e vice-direção de escola; 5) alteração na progressão na carreira do magistério em duas dimensões: a) na linha de habilitação referente aos níveis de titulação do atual plano de carreira, ou seja, dos atuais seis níveis passaria a três níveis (mas ainda valorizando a formação de nível médio Normal e, em um único nível, a pós-graduação em cursos de especialização, mestrado e doutorado); b) na linha de promoção das classes, ou seja, eliminação do critério da antiguidade e adoção de provas de conhecimento aplicadas aos(às) professores(as); 6) extinção do adicional por tempo de serviço e implementação de remuneração variável por desempenho profissional.

No entanto, pouco foi discutido sobre a implementação da Lei 11.738/2008 referente ao Piso Salarial Profissional Nacional, visto que, nesse período, o governo do RS, juntamente com outros quatro estados da federação (MS, SC, PR, CE), entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), nº 4167, que, em 2011, foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A resposta do STF ressaltou que o

piso serve como um mecanismo de fomento para a valorização profissional dos(as) professores(as) da Educação Básica. Neste mesmo ato foi também considerado constitucional o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes para dedicação às atividades extraclasses.

Concordamos com a Secretária Estadual de Educação deste período, em que: "(...) as principais reformas estruturais do estado gaúcho terminaram por não se efetivar (...) (ABREU, 2011, p. 211)" e "(...) o governo do Estado pareceu orientar-se mais pela necessidade do atendimento aos compromissos com o Banco Mundial do que pela intenção real de implementar a reforma e modernização da gestão do Estado gaúcho." (ABREU, 2011, p. 225).

Chegamos à gestão atual (2011-2014), na qual prevalece na mídia, sobre quaisquer outros temas, a demanda dos(as) professores(as) por melhor remuneração, com atendimento do Piso Salarial Profissional Nacional e a dificuldade do governo em atender, a manter-se o atual (velho) Plano de Carreira. Contudo, há perspectivas de investimentos na formação continuada dos(as) professores(as), na reformulação curricular e metodológica, nas condições materiais das escolas e na remuneração. O Decreto 48.743, de 28 de dezembro de 2011, trouxe alterações no que se refere às promoções do magistério estadual do RS. Está em implementação a reformulação do Ensino Médio, apresentada em outubro/novembro de 2011, no documento intitulado Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - 2011-2014[3].

Os mesmos fatos mapeados em mais uma análise

A descontinuidade e a variação nas escolhas e nas decisões da política educacional ficaram evidentes nas gestões governamentais do Estado do RS, a partir de 1995. Isso como resultado da perspectiva ideológica diferenciada, dos diferentes propósitos políticos, no sentido de mostrar que um governo poderia fazer mais e melhor do que o anterior. Também, historicamente, pela influência ainda muito forte do patrimonialismo, do gerencialismo, da centralização das decisões, das relações de poder, o que inviabiliza a verdadeira democratização da gestão.

[3] Para conhecer a proposta consultar o site http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf

Concordamos com Muller e Surel (2002) que a ação do Estado não costuma seguir uma evolução linear; ao contrário, apresenta ritmos variáveis, momentos de estabilidade relativa e outros de ruptura, estes e aqueles mais ou menos duráveis e consideráveis. As intenções partidárias e corporativas se fazem presentes nas decisões políticas e interferem na sua efetivação ou não. É interessante constatar a revelação das posições, a identidade de um e outro pelas respectivas propostas educacionais e de gestão do financiamento e do pessoal.

Um exemplo disso foi a política de premiação do(a) professor(a) que atendeu a certas orientações de organizações internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), que a colocou como pré-requisito para a melhoria do ensino. Isso se evidenciou em políticas propostas pelos governos no período de 1995-1998 e 2003-2006, também mais alinhados com as políticas empresariais.

A influência econômica na agenda de governo recaiu na pasta da educação, que, em nome da crise fiscal e financeira, recorreu a mecanismos gerencialistas, sentidas nas decisões do governo no período 2003-2006. Esta justificativa relacionada à crise econômica esteve presente também no período de 2007 a 2010.

Valemo-nos também da contribuição conceitual analítica de Sander (2007) para examinar a gestão da política de valorização do magistério do RS, com os quatro critérios de orientação da gestão: eficiência econômica, eficácia pedagógica, efetividade política, relevância cultural.

O governo do período de 1995-1998 apresentou características específicas da regulação do Estado em relação às políticas educacionais, que podem ser categorizadas como de desresponsabilização do Estado com a educação. Justificada com a racionalização das ações educacionais, priorização de controle, regulação pela avaliação e prêmio. Tratava-se de uma racionalidade instrumental, do gerencialismo da formação, com ênfase nas competências e na performatividade do(a) professor(a), ou seja, destacou-se a gestão democrática representativa. Assim, sob influência do contexto de regulação do Estado, a gestão da política educacional evidenciou a efetividade política e a eficiência econômica, complementadas pela eficácia pedagógica, resultando na gestão democrática representativa.

O governo de 1999-2002 apresentou como principais características a participação, a descentralização, possibilitando amplo espaço para as decisões coletivas.

O Estado passa a exercer o papel de motivador da participação da comunidade escolar e local nas decisões políticas e, essa também participou no processo de regulamentação das políticas públicas. Entretanto, críticas foram feitas pelo fato de a Secretaria de Estado da Educação deixar subentendida sua própria proposta político-pedagógica, permitindo a todos opinarem sobre tudo e considerando todas as manifestações e colaborações dos envolvidos, ficando subentendida a opção pedagógica institucional. Além disso, críticas em relação à vivência do princípio democrático, que, de certa forma, decisões foram influenciadas politicamente no que diz respeito à democratização da escola e às propostas pedagógicas para a qualificação dos(as) professores(as). Assim, neste governo, sob o contexto da regulamentação do Estado, a preocupação com a efetividade política e a relevância cultural se evidenciou.

A mercadorização da educação, o gerencialismo nas decisões, o voluntariado, o desempenho, a performatividade, a autonomia outorgada foram alguns dos aspectos mais presentes na gestão do governo 2003-2006 em relação à política educacional, justificado pela falta de aporte financeiro. O predomínio do poder econômico tornou-se o pano de fundo nas decisões educacionais de âmbito governamental, especialmente neste governo, ocasionando a inexistência de ações para o magistério estadual. A aparente não-política pode ser percebida em um contexto em que a eficiência econômica foi evidenciada, complementada pela eficácia pedagógica, com ausência da efetividade política e da relevância cultural, com indícios da gestão gerencialista.

No período de 2007-2010, a política da Secretaria de Educação foi balizada por meio da produção da política com foco no Programa Estruturante Boa Escola para Todos, em que a proposta da reforma do plano de carreira do magistério fazia parte. Entretanto, esse texto político não foi aprovado em nome do jogo político. Assim ficou na intencionalidade, apesar da vasta produção envolvendo a proposta de reforma.

No atual período governamental (2011-2014), a política educacional está voltada à implementação da proposta pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

Não podemos deixar de evidenciar também que a relação entre governo e sindicato, mesmo nos governos com discurso mais democrático e afinado com as lideranças sindicais, demonstra-se ainda desgastada e distanciada de interesses comuns para a categoria. Como coloca Gadotti (1996, p. 20), as estratégias políticas e as teorias

educacionais influenciam as posições dos sindicatos docentes frente ao papel do Estado, assim como as "relações entre o Estado e os sindicatos de trabalhadores em educação são muito dinâmicas, variam de conjuntura para conjuntura e dependem, sobretudo, do regime de governo, que pode ser de caráter democrático, autoritário ou totalitário".

As relações de poder perpassam as decisões, sem muita clareza e transparência, o que ocasiona o corporativismo das classes representativas e do próprio governo na definição de políticas públicas para valorização do magistério. No dizer de Gadotti (1996), há consenso no que se refere ao ponto central dessas reformas: ou elas se realizarão com a participação dos(as) docentes, desde a sua concepção até a sua realização, acompanhamento e avaliação – ou elas serão inócuas, não atingindo a base dos sistemas de ensino. Isso pode ser sentido na produção e implementação das políticas da maioria dos governos aqui citados.

Os(As) professores(as) constituem a base para que qualquer proposição política se concretize, pois são eles(as) que, através de suas práticas, vão permitir que as decisões tomadas nos níveis centrais se transformem em impactos reais (DUTRA, 1993) para a melhoria da qualidade do ensino, ou seja, para que ocorra na prática os efeitos da política.

Reflexões Finais

Não temos aqui o propósito de destacar qual governo foi melhor ou pior na política educacional de valorização do magistério público estadual do RS; entretanto alertarmos o pouco de avanço que ocorreu em relação a um dos principais princípios constitucionais. No movimento político, os partidos que disputam o governo evidenciam a área social como prioritária e, no plano de governo, salientam o que o governo anterior não realizou ou criticam a forma como o fez. A ideologia do partido político do candidato é um dos principais balizadores da proposta de governo.

A política educacional voltada ao processo de valorização do(a) professor(a) estadual do RS, especialmente em um período mais longo, ou seja, de 1995-2010, apresentou uma descontinuidade administrativa: passou de uma fase estável do "constituído" para uma fase de mudança "constituinte" e retrocedeu ao não conduzir a

fase instituinte, de implementação. De 2007 em diante, estabeleceram-se propostas sem uma política concreta de valorização do magistério público estadual.

Nesse revisitar da gestão da política de valorização dos(as) professores(as) estaduais do RS, as *policies* (esfera material da ação política) estiveram engendradas às *politics* (esfera processual da atividade política), sob a influência de ideologias político-partidárias do partido que estava no poder em determinado momento; dos movimentos da organização sindical representativa da categoria do magistério; de imposições dos contextos nacional ou internacional para a área social; da crise do contexto socioeconômico regional. Isso evidenciado em graus de influência maiores ou menores dependendo da organização da *polity* (esfera institucional da política) nas diferentes gestões governamentais.

Parafraseando Ball (2001), a gestão das políticas de valorização do magistério público do RS esteve crivada de nuances e modulada através de complexos processos de influência, produção/disseminação de textos e recriadas no contexto da prática. E como tal, são incompletas, incipientes e não podem mudar todas as circunstâncias. (MAINARDES, 2007, p. 102). Os efeitos dessa política apresentam reflexos da crise do próprio processo de valorização do magistério, por sua vez reflexo da crise sociopolítica da sociedade.

Os desafios atuais para a efetivação da valorização dos(as) professores(as) ainda se colocam prioritários às agendas governamentais como política de Estado, em que a universidade pública também seja convidada a dialogar sobre decisões e ações políticas referentes à valorização e à formação acadêmico-profissional dos(as) professores(as) da Educação Básica. Fica, então, a reflexão sobre a produção das políticas públicas de educação desafiada a dialogar com os(as) pesquisadores, os(as) educadores e os(as) cidadãos(ãs): a política de valorização do magistério público estadual do RS teve avanços na descontinuidade?

Referências

ABREU, Mariza. **Boa escola para todos:** gestão da educação e debate sobre valorização dos professores no Rio Grande do Sul, 2007 a 2010. Porto Alegre, RS: AGE, 2011.

BALL, Stephen J. **Education reform:** a critical and post-structural approach.

Reprinted. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 2008.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, jul./dez., 2001. Disponível em www.curriculosemfronteiras.org.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.

DEUBEL, André-Noël Roth. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación.** Bogotá, D.C: Ediciones Aurora, 2002.

DUTRA, Any. A questão política da alfabetização no Rio de Janeiro de1983 a 1987. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.85, p.33-42, maio, 1993.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade,** Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

GADOTTI, Moacir. Estado e sindicalismo docente no Brasil: 20 anos de conflito. In: **Revista Adusp,** dez.,1996, p. 14-20. Disponível em http://www.adusp.org.br/revista/08/r08a02.pdf Acesso nov. 2009.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elsa Siqueira de Sá (Coord.). **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso**. Políticas docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

LUCE, Maria Beatriz; FARENZENA, Nalu. EDP 03 001. **Políticas públicas de educação**. Porto Alegre. UFRGS/FACED, mar., 2006. (Notas de aula).

MELLO, Elena Maria Billig. **A Política de Valorização e de Profissionalização dos Professores da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul (1995-2006):** convergências e divergências. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MELLO, Elena Maria Billig; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão do Magistério no Rio Grande do Sul (1995-2006): uma análise das políticas de valorização na rede estadual.** In: SANDER, Benno (Org.). Anais do XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Niterói (RJ): ANPAE; São Paulo (SP): PUCSP/FACED/PPGE, 2011.

MELLO, Elena Maria Billig; LUCE, Maria Beatriz. **Avanços na Descontinuidade? A política de valorização dos professores na Rede Estadual do Rio Grande do Sul.** Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 4, n.2, p. 32-45, 2011.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. **A análise de políticas públicas.** Pelotas: Educat, 2002. POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional**: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. Trad. Beatriz A. Neves.

SANDER, Benno. **Administração da educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

SAVIANI, Dermeval. A situação atual da educação e a formação de professores para a educação básica no Brasil. In: **Seminário Internacional sobre Formação de Professores para o Mercosul/Cone Sul**. Ideias fundamentais na formação de professores para a educação básica. Org.: Augusto Nibaldo Silva Triviños e Graziela Macuglia Oyarzabal. São Leopoldo: Casa Leiria, 2009.

VEIGA, Ilma P.A; SILVA, Edileuza F. da (Orgs.). **A escola mudou. Que mude a formação de professores.** Campinas, SP: Papirus, 2010.

VEIGA, Ilma Passos A. **Profissionalização docente**. II Colóquio Formação de Educadores. Salvador: UNEB, 15 a 17 de maio de 2006, f. 10. Disponível em http://www.didateca.org/coloquio.htm Acesso nov. 2009.